

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO MUNICIPIO DE MOSSORÓ/RN: PRIMEIROS ESPAÇOS FORMAIS DE ENSINO

Tainá da Silva Bandeira¹

Resumo

Essa pesquisa é parte da pesquisa de mestrado e tem por objetivo refletir a educação profissional no município de Mossoró nos seus primeiros espaços escolares formais. Ao questionarmos em que medida o ensino direcionado para o trabalho foi se constituindo no município de Mossoró, partimos dos campos de pesquisa da História das Instituições Escolares e Educação Profissional, nos apropriando dos estudos de Magalhães (2004) na sua obra *Tecendo Nexos e* Cunha (2005) na obra *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. Utilizando como metodologia a análise documental, investigamos as seguintes fontes: documentos das primeiras instituições, obras memorialísticas e jornais da época. Nossas investigações nos esclareceram que o ensino comercial foi o primeiro a ser pensando e praticado na cidade, mesmo que informalmente, contudo a Escola Normal foi a primeira a ser institucionalizada. Também foi identificado que o ensino profissional foi determinado pela dinâmica social do município e a sua constituição nesse espaço urbano reafirmou as dualidades hierárquicas do contexto socioeconômico mossoroense.

PALAVRAS CHAVES: Educação Profissional; História das Instituições Escolares; Trabalhador

INTRODUÇÃO

Pensar o ensino para o trabalhador é compreender as concepções econômicas, culturais e políticas que estão a todo momento forjando esse sujeito através de políticas públicas, ideologias e demandas econômicas. A educação direcionada ao trabalhador dialoga com esses contextos citados, delineando-se a uma estrutura macro através da implantação de formas legais que adentram os muros da escola. Dentro da instituição educativa, o ensino configurase de acordo com a relação que esse espaço educacional possui com a comunidade que o envolve (e que também é atendida). Compreendendo ser esse percurso o próprio caminho da institucionalização do ensino. No entanto, a educação direcionada aos trabalhadores possui especificidades, como afirmado a seguir:

Contudo, a formação direcionada ao trabalhador possui características específicas e fundantes de caráter social. Por ser direcionada a uma camada socioeconômica distante da que se encontra as elites brasileiras, aos

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - PPGED/UFRN, email: taina bandeira@hotmail.com; financiada pela Capes



trabalhadores são direcionadas formações distantes do ensino humanizado, semelhante ao pensamento a seguir:

Uma escola humanista, em suma assim como a entendiam os artigos e mais próximos homens do Renascimento. Uma escola que não hipoteque o futuro do garoto, nem obrigue sua vontade, sua inteligência, sua consciência e informação a se mover na bitola de um trem com estação marcada. Uma escola de liberdade e livre-iniciativa e não uma escola de escravidão e de mecanicidade. Também os filhos dos proletários devem ter diante de si todas as possibilidades, todos os campos livres para poder realizar sua individualidade de forma melhor, e por isso n modo mais produtivo para eles e a coletividade. A escola profissional não pode se tornar uma encubadeira de pequenos monstros mesquinhamente instruídos para um ofício, sem ideias gerais, sem cultura geral, sem alma, possuidores apenas de um olhar infalível e de uma mão firme (GRAMSCI, 1980, p.671).

Estudos dos diferentes momentos históricos sobre a educação ofertada ao trabalhador, as dualidades em relação ao ensino oferecido aos filhos dos dirigentes, estão presentes caracterizando o ensino, considerado instrumental. Não se pode pensar de forma linear, na qual essa formação, até os dias atuais, encontra-se semelhante. Em diferentes momentos, existiram rupturas. Isso se deve a própria condição da sociedade e seus diferentes momentos que, consequentemente, produziram demandas distintas. Atualmente, existem diferentes espaços que oferecem ensino profissional.

A partir da Lei nº 9394/1996, Leis de Diretrizes e Bases da Educação, essa instrução transformou-se em modalidade, Educação Profissional. Isso pode ser considerado um avanço na formalização desse ensino uma vez que este fora negligenciado na sua legalização durante décadas, sendo pensado apenas por pontos separados, agora quanto modalidade de ensino foi necessário pensar toda sua estrutura de forma unificada no qual os cursos técnicos e suas particularidades fazem parte de mesmas diretrizes de uma modalidade. Antes dessa legislação de ensino, podemos apontar a Lei nº 5.692/1971 que pensou os cursos profissionalizantes de forma unida, mas ainda atrelada ao ensino do então 2º Grau. A Reforma Capanema (1946) e a Reforma de Francisco Campos (1931) ainda apontavam os cursos técnicos de forma individual.

Por caminhos tortuosos, o ensino profissional caminhou enfrentando dicotomias e negligências nos seus financiamentos e ofertas. Hoje, podemos apontar os Institutos Federais como modelo de educação profissionalizante que mais se aproxima de uma educação humanizada. Partindo dessa compreensão direcionamos nosso olhar para a institucionalização desse ensino nas primeiras décadas do período Republicano, quando o Brasil buscava encaixar-se em padrões de modernização europeia o que provocava grandes modificações no país. Dentro dessa perspectiva, a educação passa a ser usada como instrumento de



modificação da sociedade. Para fomentar um início de industrialização, o ensino dos trabalhadores buscava agora a atender as demandas econômica de mão-de-obra especializadas e não mais como forma de conter os marginalizados da sociedade.

O ensino profissional, durante seu percurso histórico, foi caracterizado pela informalidade na sua organização e oferta. Apenas nas décadas finais do Período Imperial e início da República que esse ensino passou a ser pensado e, de forma heterogênea, sistematizado, mas ainda aquém de outro tipo de educação, como a oferecida aos filhos da elite brasileira.

Com o advento da República o ideal de modernização guiou os objetivos das ações dos diferentes âmbitos do país como as práticas higienistas e remodelações dos espaços urbanos. Nesse contexto, a educação passou a ser organizada em espaços próprios, uma vez que, anteriormente, era predominante a educação centrada em um professor que ministrava em sua própria casa ou espaços privados.

Dentro de uma política educacional modernizadora, foram instituídos os Grupos Escolares e as Escolas Normais, sendo esta última oferecedora de ensino para o trabalho². Na década de 1930, mais um ensino para o trabalho foi organizado com a Reforma de Francisco Campos, principalmente o Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931, que sistematizou o ensino comercial e a profissão de contador.

Inserido nesse panorama e agindo como as diversas localidades do país, Mossoró também passou a tentar se encaixar nesse modelo de modernização que vinha sendo empregado no espaço nacional. Nessa cidade houve remodelação das principais ruas da cidade, instalação da energia elétrica (1916) em alguns poucos pontos, chegada do trem (1915), construção de hospital, estradas e prédios soberanos. Nessas modificações, o contexto educacional mossoroense também ganhou nova roupagem com a criação de instituições escolares, em sua maioria de ordem privada e religiosas.

Quando falamos nova roupagem, partimos do questionamento de que essas ações de modernização não eram pensadas por todos e muito menos direcionadas para a população como um todo. A elite local era quem pensava essas ações de desenvolvimento em prol de benefícios próprios com base em um discurso de modernização para todos e se colocando como símbolos de desenvolvimento, que perdura até os dias atuais.

Em contrapartida dessa elite e seus desmandos, estava a camada dos trabalhadores que não teve participação neutra na sociedade. Organizados em entidades laborais (ação muito

_

² Faz-se necessário entender que pelo fato da Escola Normal oferecer ensino para uma profissão, professor, consideramos essas instituições educativas em espaço de ensino para o trabalho.



comum nas diferentes classes sociais), lutavam contra as condições precárias de trabalho e de vida. Podemos afirmar que essas associações foram espécies de sindicatos, destacando o Sindicato do Garrancho. Este expandiu sua atuação e influência para os municípios de Assú e Areia Branca. Direcionou greves, levantes e até grupos guerrilheiros. Instigou outros grupos laborais a se organizarem.

Assim como se organizava a sociedade, o âmbito educacional do município de Mossoró também se projetou dicotomicamente. A maioria das escolas construídas foram direcionadas para os filhos dos dirigentes locais. A primeira de grande porte foi o Colégio Diocesano Santa Luzia, criado em 1901. Em seguida vieram o Colégio Sete de Setembro, 1900 e Colégio Sagrada Coração de Maria, 1912. De instituições Públicas, destacamos o Grupo Escolar, criado na década de 1910.

Apenas em 1917, o representante político local regimentou decreto obrigando a todos os funcionários do comércio que não soubessem ler nem escrever a procurarem escola específica para serem alfabetizados. Nesse momento, percebemos direcionamento de algum tipo de ensino para as classes menos favorecidas economicamente. Para esse público específico foi construída a Escola de Paulo Albuquerque, 1917. Essa ação era oriunda da preocupação nacional com o alto índice de analfabetismo o que ia na contramão de um país que buscava tornar-se tão desenvolvido quanto os países europeus.

Dentro dessa realidade histórica, nos inquietou em que medida o ensino direcionado para o trabalho se constituiu no município de Mossoró, RN, nas primeiras décadas no Período Republicano, sendo nosso objetivo analisar os primeiros espaços escolares de ensino profissional que foram implantados nessa cidade.

Por nos dispomos a investigar um ponto da historiografia de uma escola, partimos do campo de pesquisa da História das Instituições Escolares. Desse lugar, nos apropriamos dos estudos de Magalhães (2004) interagindo com a fala dos trabalhos de Buffa e Nosella (2005). Dessa maneira, construímos uma base teórica que possibilitou compreender, inicialmente, o que podemos problematizar da história de uma escola ou rede destas, até as fontes possíveis de investigação e seu tratamento.

No pensar espaços de formação dos trabalhadores, essa pesquisa está inserida no campo da Educação Profissional e sua historicidade. Esse campo ainda tão recente, tem como um dos objetivos clarear para a sociedade a importância do ensino profissional para a Educação Brasileira e como ainda é negligenciado quanto aos estudos e investimentos públicos. Desse campo, nos apropriamos dos estudos de Cunha (2005) que analisa a historicidade do ensino para o trabalho e sua constituição no Brasil.



Priorizando uma pesquisa qualitativa, nos debruçamos sobre documentos oficiais, particulares e da área da comunicação, além de textos memorialísticos. Então, nossas fontes foram regimentos legais, principalmente a Reforma de Francisco Campos de 1931; o jornal *O Mossoroense* cujo exemplares estão dispostos para consulta no Museu Municipal Jornalista Lauro Escóssia, além desse, usufruímos dos digitalizados no site eletrônico da Hemeroteca Digital que, além de possibilitar o acesso de jornais, também facilitou a investigação dos Relatórios dos Governadores de Estado também disponíveis nessa página eletrônica; outras fontes de grande valor foram os textos memorialísticos dos intelectuais locais e publicados na Coleção Mossoroense, desses, destacamos os livros de Raimundo Nonato e Vingt Rosado; também realizamos pesquisas no arquivo particular da entidade Sociedade União Caixeiral – associação de comerciantes e criadora e mantenedora dos estabelecimentos de ensino técnico comercial do município – que fica localizada na atual Biblioteca Municipal prédio que foi sede dessa associação.

O ENSINO PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ

O município de Mossoró está localizado no estado do Rio Grande do Norte, Brasil. No advento da República, essa cidade vivia seu apogeu comercial recebendo mão-de-obra proveniente das comunidades castigadas pelas secas que via nesse município oportunidade de sobrevivência. Até a década de 1920, Mossoró usufruía de ser empório comercial na região nordeste até perder o posto para a cidade de Campina Grande no estado da Paraíba.

Com isso, as demandas profissionais mais urgentes eram para atender essa atividade econômica como pessoas especializadas para exercer determinados cargos uma vez que a necessidade de contadores era suprida por homens de estados vizinhos, como Ceará. Consequentemente, as primeiras ações de educação direcionada aos trabalhadores foram de ensino comercial, pensadas ainda na década de 1910.

Antes de aprofundarmos sobre os primeiros espaços de ensino profissional no município de Mossoró, é importante entender que o processo de institucionalização de uma instituição é marcado por práticas informais que, ao serem percebidas como necessárias, são organizadas, sistematizadas e implantadas. Isso também ocorre com a constituição das instituições educativas, que podem se fortalecer em espaços como familiares, sindicatos, templos religiosos, e, medida que vai se fazendo ser necessárias (no seu diálogo com a comunidade), percorre o processo anteriormente dito e são implantadas. Esse percurso pode ocorrer de forma imediata ou demorar. Essa compreensão possibilita entender como os



espaços de ensino profissional no município de Mossoró tiveram seus processos de institucionalização caracterizado pelo âmbito socioeconômico determinando o tempo de implantação das instituições educativas.

Nossas fontes nos deram condições de afirmar que o ensino comercial foi o primeiro ensino direcionado aos trabalhadores no município de Mossoró a ser institucionalizado. É importante esclarecer que, apesar da Escola Normal ter sido criada sob os preceitos do que entendemos como ensino profissional — formação de profissionais para atuar no ensino primário -, na realidade, ela não foi direcionada à formação dos trabalhadores. Em Mossoró, essa instituição escolar foi implantada com intuito de atender aos filhos da elite local com um ensino completo contando com disciplinas como francês e música. E, consequentemente, foi distanciado das camadas com menos condições financeiras, como a dos trabalhadores. Portanto, uma escola para os filhos da elite, por isso, apesar de ter sido a primeira escola de ensino profissional em Mossoró, não podemos entende-la como o primeiro estabelecimento institucionalizado a receber a classe trabalhadora.

Nonato (1957), em suas narrativas memorialísticas, expõe ações dos que dirigiam essa escola, fato que bem exemplifica a prioridade pelos sujeitos elitizados: "[...] pois vinha sabendo que, dias antes, o próprio diretor, acompanhado do Dr. Eufrásio de Oliveira, visitara as casas das famílias importantes onde havia jovens em idade escolar, e tinham pedido que os mesmos concorressem ao exame" (p. 145). Também relata o quanto as pessoas não acreditavam que ele conseguiria passar no exame de admissão e, quando aprovado, acompanhar os estudos. Além disso, conta como era diferente dos outros alunos quanto às suas vestimentas e à sua origem social (NONATO, 1957), reafirmando o que concluímos sobre a Escola Normal de Mossoró e a quem atendia. A seguir, a imagem da Escola Normal de Mossoró ainda na década de 1920:



Figura 1Escola Normal de Mossoró, década de 1920



Fonte 1 Museu Municipal Jornalista Lauro Escóssia

Devido a demanda da atividade comercial que estava a todo vapor no município, a necessidade de se ter funcionários especializados, uma vez que os dois contadores que atuavam no município tinham vindo de outros estados como o Ceará, era cada vez maior. Então, a associação que reunia os grandes comerciantes locais – Sociedade União Caixeiral – pôs em prática o Curso de Comércio União Caixeiral, em 1912. Por ser um curso que não possuía organização e sistematização, funcionando a medida que os próprios associados tivessem tempo livre, pode ser considerado como práticas informais de um posterior ensino comercial institucionalizado. Esse curso funcionou por quatro anos e suas aulas eram ministradas pelos próprios dirigentes dos comércios que eram sócios da entidade.

Após vinte anos, em 1936, o ensino comercial foi implantado de forma sistematizado e organizado com a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral. Essa instituição escolar foi também criada pela Sociedade União Caixeiral, no início funcionou na casa de um associado, mas no ano seguinte, 1937, foi alojada no interior do prédio sede da entidade. De acordo com o investigado, ofereceu ensino instrumental, com currículo resumido, onde só havia salas e nada mais (Nonato, 1957). Em 1989, a entidade solicitava ajuda ao estado para a construção de uma biblioteca, espaço essencial para qualquer educação.

Escola Técnica de Comércio União Caixeiral foi instalada em Mossoró, tendo como seu primeiro diretor o próprio Thiers Rocha. Para a sua organização, foi solicitada a ajuda da Escola de Comércio de Natal, que enviou instruções indispensáveis para a organização do



processo de pedido de verificação prévia, iniciando com o curso propedêutico. O prédio sede (e que faz parte do cenário do município até hoje) só foi construído em 1937.

Também nesse ano, 1937, a escola foi vistoriada pelo Inspetor Federal Abdon Pimentel, que fora recomendado pelo professor Tércio Rosado, autorizando, assim, o funcionamento da escola sob o regime da Inspeção do Ministério da Educação. Porém, a portaria que o autorizou foi do dia 13 de agosto de 1940 — Portaria Ministerial nº 166 — publicada no Diário Oficial da União de 30 de agosto do mesmo ano. Na Figura 2 pode-se visualizar o prédio sede da Sociedade União Caixeiral que abrigou durante décadas a Escola técnica de Comércio União Caixeiral:

Figura 2 Prédio sede da Sociedade União Caixeiral, década de 1940



Fonte 2 Museu Municipal Jornalista Lauro Escóssia

Constituindo, de forma concreta, uma solução para as demandas socioeconômicas mossoroenses, a escola viera para atender "estudantes pobres que precisavam de procurar durante o dia os meios com que estudar a noite" (NONATO, [1949], p. 5). Essa instituição escolar, que possuía caráter de especializar a mão-de-obra, também supriu a educação de famílias menos favorecidas economicamente, pois, apesar de ser uma escola privada, concedia bolsas aos alunos mais carentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Ao analisarmos a materialização do ensino profissional no município de Mossoró, descortinamos as desigualdades existentes no cenário educacional da cidade, tendo como berço o contexto socioeconômico. Diante disso, a diferença entre instituições de ensino profissional, Escola Técnica de Comércio União Caixeiral e Normal, é possível compreender que as mesmas desigualdades existentes no contexto socioeconômico mossoroense, que entendemos por dualidades hierárquica no qual um grupo é privilegiado em detrimento de outro, se reafirmam no cenário educacional profissional.

O fato da Escola Normal de Mossoró ter oferecido um ensino humanizado e intelectual diferente do ofertado na Escola Técnica de Comércio União Caixeiral possibilita entender que a dicotomia não se constituiu entre os diferentes tipos de ensino mas, sim, entre os espaços com diferentes sujeitos atendidos. Enquanto a primeira instituição não foi direcionada aos trabalhadores (que se encontravam nas camadas mais baixas na pirâmide financeira do município) e, portanto, não tendo sido formadora de trabalhador na prática, a segunda escola citada teve como objetivo atender os funcionários do comércio e foi, com isso, a primeira escola implantada em Mossoró direcionada a formar o trabalhador, independente da qualidade dessa formação.

Por fim, podemos afirmar que a materialização do ensino profissional no município de Mossoró/RN foi caracterizada por dualidades oriundas do contexto socioeconômico, sendo que cada instituição educativa se constituía de acordo com as classes sociais que os seus sujeitos estavam inseridos.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Meine Siomara. **Sindicato do Garrancho:** um ideal nunca morre. Natal, 2003.

BANDEIRA, Tainá da Silva; MENEZES, Antonio Basilio Novaes Thomaz. O fornecimento do Ensino Comercial no município de Mossoró/RN: da oficialização ao crepúsculo. In: STAMATTO, Maria Inês; MEDEIROS NETA, Olivia Morais (orgs). **Histórias de ensinos no Brasil.** João Pessoa: Ideia, 2016. v.1, p. 45-66.

BRASIL. Decreto Nº 20.158, de 30 de junho de 1931. **Ensino Comercial e regulamentação** da profissão de contador e guarda-livros. In: ____. São Paulo: Zenite, 1931.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **Schola Mater:** a antiga Escola Normal de São Carlos – 1911-1933. São Carlos: Editora da Universidade de São Carlos EDUFSCAR, 2002.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2005.



MAGALHÃES, Justino Pereira de. A história das instituições educacionais em perspectiva. In: GATTI Jr., Décio; FILHO, Geraldo Inácio (orgs.). História da Educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. São Paulo: Autores Associados; Minas Gerais: EDUFU, 2005. p. 91-103. __. **Tecendo Nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004. NONATO, Raimundo. Memória de duas épocas. Rio de Janeiro: Edição do Centro Norte-Riograndense, 1967. (Coleção Mossoroense). . **Memórias de um retirante**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1957. (Coleção Mossoroense). PERES, Fernando Antonio. Alguns apontamentos sobre o Ensino Comercial no Brasil. In: Encontro de estudos e pesquisas em História, Trabalho e Educação. Campinas, História, trabalho e educação: possibilidades e perspectivas para a investigação. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/encontro/encontro1/trab_pdf/t _fernando%20antonio%20peres.pdf. Acesso em 16 set. 2013. SARMENTO, Maria Aurélia. A Escola Normal Primária de Mossoró (1922 – 1934): narrativas sobre a criação da primeira escola de formação de professores do interior do Rio Grande do Norte. 2013. 117f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2013. WANDERLEY, Walter. Gente da gente: memórias. Rio de Janeiro: Pongetti, 1973. Coleção Mossoroense, v. VVVI, série C.